ISSN 2525-4812 (versão on-line)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 9/3/2022
Aceito em: 31/3/22
Período de publicação: 2023

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 8 • n. 20 • 2023)

Como citar o artigo:

FIGUEIRA, R. R. Gringo e Oneide: uma história no Araguaia. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 8, n. 20, p. 95-111, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2023v8i20.p95-111.

GRINGO E ONEIDE

UMA HISTÓRIA NO ARAGUAIA[1]

Ricardo Rezende Figueira[2]

Resumo: O texto se refere a Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, uma liderança camponesa assassinada no Tocantins, em 1980, e sua esposa, Maria Oneide Lima. O texto demonstra o contexto da morte, entrelaçada em outras mortes e histórias, em uma região conflagrada nos conflitos fundiários e militares. Marido e mulher se revelaram destemidos no confronto com latifundiários e com o Exército em época de ditadura e na prática de uma igreja que, no Araguaia, dialogava com a Teologia da Libertação. Para a elaboração do texto, o autor fez uso da própria memória, de cartas, anotações e recortes de jornais da época, consulta ao arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Xinguara, livros, dissertações e teses, conversas por telefone ou troca de mensagens por aplicativo eletrônico[3]. O caso Gringo e Oneide Lima não é único e merece outras reflexões e estudos no resgate de memórias que auxiliam a compreender a história da Amazônia.

Palavras-chave: Amazônia, assassinato de liderança, conflitos fundiários, Igreja.

GRINGO AND ONEIDE: A STORY IN ARAGUAIA

Abstract: The text is about Raimundo Ferreira Lima, the Gringo, a peasant leader murdered in Araguaína, Tocantins, in 1980 and his wife, Maria Oneide Lima. The author shows the context of his death, one of many murders and histories in a region set alight by land and military conflicts. Husband and wife showed themselves fearless in facing the large landowners and the army during the dictatorship and in the practice of a Church which in Araguaína was in dialogue with the liberation theology. For the elaboration of

[1] Este texto foi desenvolvido originalmente para compor a edição comemorativa da Revista Terceira Margem Amazônia – 10 anos. Dossiê Temático: Memória e ação política do campesinato na Amazônia. Texto avaliado, aprovado e aceito pelo corpo editorial e científico da revista, com publicação prevista para o segundo semestre de 2022. Considerando a importância e relevância do tema para a Amazônia, autor e editores acordaram em publicá-lo nas respectivas edições o "Projeto Luta pela Terra" e dossiê temático da revista.

[2] Padre e professor, morou no estado do Pará por 20 anos (1977–1996). Docente na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo, no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos/UFRJ.
E-mail: rrfiguei@uol.com.br

[3] O autor agradece a Oneide Lima e seus familiares, a Miguel Le Moal, Heloisa Smith e Fernanda Pedroso, que viveram na região. Foram testemunhas e vivenciaram algumas dessas histórias.

the text, the author made use of his own memory, letters, notes and newspaper clippings, consultation of the Xinguara CPT's files, books, master's and doctoral dissertations, phone calls or exchanging messages through phone apps. The Gringo and Oneide Lima case are not unique and deserve further reflections and studies in the rescue of memories that help us to understand the history of the Amazon.

Keywords: Amazonia, murder of leader, land conflicts church.

Introdução

A história de um assassinato pode ser mais que uma história pessoal e estar inserida em uma história maior e mais trágica. O autor[4] pretendeu demonstrar que o assassinato de Raimundo Ferreira Lima e as perseguições sofridas pela viúva apontam para algo maior: a forma como o governo brasileiro atuou na Amazônia, a repressão aos camponeses, o combate aos guerrilheiros do Araguaia, especialmente por intermédio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), na década de 1970 e início da década seguinte. Para isso, conta a história de Gringo e Maria Oneide Lima, a luta pela terra e pela organização sindical, entrelaçadas com a atuação do governo e de outros atores: fazendeiros, pistoleiros, policiais, prefeitos e agentes de pastorais. Outras histórias podem e devem ser contadas. Ao fazê-lo, algo maior sobressai. A história de tempos sombrios para o País e para a Amazônia e a compreensão de um tempo em que o silêncio imperava.

Uma micro-história pode apontar para uma macro-história na qual interesses econômicos e de geopolítica militar se desvelam na destruição das matas, da fauna e das pessoas. O autor apresenta, no artigo, alguns apontamentos para um estudo que deve ser estendido e completado.

A recomposição de tais histórias foi possível graças às memórias orais de pessoas envolvidas de alguma forma com os fatos e às memórias escritas. A Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Conceição do Araguaia tem papel fundamental no registro atento dos fatos, no seu arquivo que remonta a meados dos anos 1970. Não é possível reescrever a história das lutas camponesas no Pará desconhecendo tal fonte.

O fato e o seu contexto

Na manhã de 29 de maio de 1980, Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, foi morto em Araguaína, no então estado de Goiás, hoje Tocantins[5]. No Pará, na mesma década e na anterior, cresciam os assassinatos de trabalhadores, mas também as mobilizações e os protestos contra a violência privada e pública no campo. A região tinha problemas, especialmente desde o final do século XIX, com os fluxos migratórios nos ciclos de produção de borracha e minério. A partir da década de 1970, se acirrou, no novo ciclo, o do "gado gordo", à época financiado pelo governo militar. Tratores abriam estradas, machados e motosserras derrubavam as matas e incêndios preparavam os pastos. Modelo de desenvolvimento que produzia graves problemas.

Naqueles anos, entre 1972 e 1974, na região do Araguaia paraense, houve uma guerrilha (NOSSA, 2012). O Exército Brasileiro perseguiu membros do Partido Comunista do Brasil

[4] A partir deste ponto, quando o texto se referir a "autor", diz respeito ao próprio autor deste artigo.
[5] A partir de agora, quando o autor se referir ao antigo norte do estado do Goiás, citará o nome atual, Tocantins.

(PCdoB), com torturas e prisões de camponeses e guerrilheiros e assassinatos de prisioneiros. Dois anos depois, em 1976, houve a prisão e a tortura do padre Florentino Maboni e do seminarista Hilário Costa, pelo Exército, na região de São Geraldo do Araguaia. Bispos, padres, freiras e agentes de pastoral leigos católicos foram acusados de "subversão" e alguns responderam a inquérito policial; e outros, prisões e espancamentos. Do outro lado do Rio Araguaia, no Tocantins, o quadro também preocupava. O missionário italiano Nicola Arpone foi sequestrado em um helicóptero militar. Por trás do sequestro estava o coronel da reserva do Exército Sebastião Curió Rodrigues de Moura, conhecido como major Curió[6]. Padre Josimo Moraes e a equipe da CPT tinham também problemas com as autoridades (KOTSCHO, 1983), e padre Josimo seria assassinado em 1986. O sul do Pará e o Tocantins eram o epicentro do conflito fundiário brasileiro.

A tensão crescia. A Igreja Católica da região divergia social e politicamente do governo e se opunha à forma como eram tratados os camponeses e os "peões"[7] e da parcialidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que, apesar da propaganda governamental, não assentava os milhares de famílias que reivindicavam terra, mas favorecia os grandes projetos agropecuários, com financiamento e isenções de impostos por meio da Sudam.

O tráfico aéreo era intenso em Conceição do Araguaia – antes de abrirem as estradas, os fazendeiros construíam muitas vezes em suas propriedades pistas de voos –, o movimento de hóspedes nos hotéis aumentava, a população do município crescia, assim como cresciam os conflitos e as informações sobre a escravidão nas fazendas com seus cemitérios clandestinos.

Na sede do então distrito de Xinguara, em outubro de 1979, houve uma manifestação com milhares de pessoas nas ruas contra um despejo de famílias de suas terras. No final do mesmo ano, a equipe da CPT da Diocese de Conceição do Araguaia preparou um documento para Dom José Patrício Hanrahan, bispo local, levar à 18ª Assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O texto descrevia a elevação da violência e informava sobre dezenas de assassinatos e de conflitos coletivos pela posse de terra. A imprensa nacional e estrangeira acompanhava parte dos problemas. Sabendo que, como resultado da assembleia dos bispos, haveria uma declaração, em 1º de fevereiro de 1980, o governo federal, acuado, se antecipou e criou o Grupo Executivo de Terras Araguaia Tocantins (Getat), que substituiria o criticado Incra e militarizaria ainda mais a questão fundiária. O novo Decreto-Lei era o de número 1.767 (BRASIL, 1980). O Estado, assim, queria demonstrar que estava atento à situação e tinha a solução.

Em 13 de fevereiro de 1980, a maior revista semanal do País publicou como matéria de capa um artigo intitulado "A guerra das terras" (A GUERRA..., 1980). O tema da violência no campo não mais se restringia às páginas policiais da imprensa, mas se revelava nas páginas nobres da política. No dia seguinte, em coletiva de imprensa, como era previsto, a Assembleia da CNBB

[6] Há notícias antigas sobre o major Curió, no que diz respeito a repressão contra camponeses, guerrilheiros e os padres franceses. Cf. Figueira (1986). Disponível em: https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/08/16/mpf-oferece-nova-denuncia-contra-major-curio-comandante-de-repressao-a-guerrilha-do-araguaia-no-pa-durante-a-ditadura.ghtml. Acesso em 18 jan. 2023; Brasil (2021). Disponível em: https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-oferece-a-decima-denuncia-por-crimes-de-militares-na-repressao-a-guerrilha-do-araguaia. Acesso em: 18 jan. 2023. Ou relativas a atuação no garimpo da Serra Pelada: Terci (2019). Disponível em: https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/serra-pelada-duras-leis-do-tenente-curio.phtml. Acesso em: 2 fev. 2022.

[7] No caso, utilizo a categoria "peão" na forma consagrada na Amazônia e na América espanhola – do México ao Uruguai –, como o trabalhador que executa trabalho pesado e manual nas fazendas, em geral terceirizado e em situação de relações onde predomina a dívida. Autores, como Octávio Ianni (1978), ao escreverem sobre a Amazônia, reconheceram o fenômeno do trabalho dessa gente como de "peonagem" e a gente que trabalha como "peão".

tornou público o seu documento: "Igreja e Problemas da Terra" (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 1980). O texto apontou a gravidade da questão social vivida pelos camponeses e indígenas; denunciou a expansão da pecuária em detrimento da pequena agricultura e o modelo político a serviço da grande empresa. Constatou também que aumentavam as ações violentas de pistoleiros e de policiais, com a participação às vezes de oficiais de justiça e juízes, contra os pobres e, "tomando como referência a região de Conceição do Araguaia", acirrava-se o problema: "No começo de 1979, havia 43 conflitos identificados e cadastrados. Seis meses depois já eram 55. No final do ano já eram mais de 80". E o documento ainda distinguia a "terra de negócio" da "terra de trabalho". Esta, "a de trabalho", "respeita o direito dos trabalhadores, segundo as exigências da doutrina social da igreja" (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 1980, art. 28, 29, 83).

Se havia problema para os pobres, havia também resistência, e isso preocupava os militares. Em Conceição do Araguaia se articulava a oposição à diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), que era presidida por um interventor nomeado pelos militares, Bertoldo Siqueira de Lira (FIGUEIRA, 1986).

A CPT realizava reuniões com os trabalhadores de áreas de conflito de terra, nas quais se faziam análises da conjuntura local e nacional, e se oferecia um tempo para que os próprios trabalhadores trocassem experiências entre si de autodefesa nos conflitos e nas ocupações de terra. Eles relatavam as formas de se protegerem, como as roças coletivas; a presença de cachorros, que avisavam a aproximação de gente estranha; e o papel das mulheres, distribuídas em locais ao longo do caminho. Se vissem a polícia ou pistoleiros, soltavam fogos de artifício, que alertariam o grupo para se esconder.

As tentativas de "solução por cima", isto é, entre os bispos e os generais, não tinham sucesso, e o ponto de tensão máxima se deu em uma discussão entre Dom Estevão Cardoso e o general Euclides Figueiredo, irmão do futuro presidente[8], em Marabá. O bispo foi expulso da sala do general. A solução "por baixo", isto é, pelos trabalhadores rurais, enfrentava limitações: o STR estava sob intervenção.

Era necessário que os posseiros se organizassem e traçassem o próprio caminho, imaginava a CPT. O sucesso das mobilizações sindicais no Sul, a criação do STR em Santarém[9] e em outras partes da Amazônia lançavam expectativas. Cabia aos agentes de pastoral informar-lhes os direitos e lhes oferecer a assessoria jurídica. As decisões seriam deles mediante uma organização de classe.

Nas conversas, ouvindo os trabalhadores e a equipe pastoral de São Geraldo do Araguaia, a pessoa indicada, pela capacidade de articular as ideias e as palavras, era Raimundo Ferreira de Lima, o Gringo. E a chapa oposicionista se compunha por lideranças das diversas partes do município que se desmembrariam posteriormente como novas unidades municipais – Rio Maria, Xinguara, Floresta, São Geraldo (FIGUEIRA, 1986; CARVALHO, 1994b, p. 311ss).

[8] João Baptista de Oliveira Figueiredo foi presidente de 1979 a 1985.

[9] Com a assessoria da Federação de Órgãos para Federação Social e Educacional (Fase).

No altar, a foto

Era 27 de julho de 1980. Calor. Tempo de seca. Os pequizeiros floriam, cajueiros vergavam os galhos e as águas do rio baixavam. Diversos banhistas se estendiam preguiçosos ou nadavam, enquanto funcionários da prefeitura de Conceição do Araguaia recolhiam lixos deixados na véspera. A igreja matriz estava cheia com gente do sertão, da cidade e de lugares mais distantes e entoavam o "Araguaia, meu Araguaia".[10]

A cerimônia começou. Entre colunas brancas, o candidato a ordenação atravessou a nave central e alcançou o presbitério. A parede estava enfeitada com ramos verdes e flores e havia uma faixa, fixada pela irmã Dorothy Stang, onde se lia a respeito do ordenando: "A justiça será como a roupa que ele veste". No altar, do lado esquerdo, a religiosa fixou a imagem da padroeira, Imaculada Conceição, e, do lado direito, uma foto em preto e branco, ampliada, do rosto do Gringo, assassinado 2 meses antes. O diácono se manteve de bruços no piso frio, enquanto se rezava a ladainha preparada por Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia.

> Índios, peões, vaqueiros e garimpeiros, pais e mães de família, jovens e crianças que morrestes na paz do Senhor por estes sertões e matas;
>
> João Bosco, Rodolfo, Simão Bororo, Raimundo, o Gringo, Dom Romero, Santo Dias, e todos os mártires da causa do Povo, que soubestes enfrentar a injustiça e amar os irmãos até a morte. (FIGUEIRA, 2008, p. 26).

Na foto e na ladainha, Gringo estava presente. Pouco depois iniciou-se a procissão do ofertório com os representantes das comunidades e capelas. João Canuto, Manoel Gago, Belchior, Sinhozinho traziam instrumentos de trabalho e frutos da terra. Outros, a Bíblia, o pão e o vinho. Um casal de índios Tapirapés, em nome da Prelazia de São Félix do Araguaia, carregava uma maraca e um pequeno banco de madeira, com valor ritual. Enquanto isso, Expedito Ribeiro de Souza declamou um poema alusivo ao tema. Do lado esquerdo do altar estavam os jovens advogados Paulo Fonteles e Gabriel Pimenta.[11]

Gringo parecia fitá-los através de seus óculos de aro grosso. A foto impunha-se como um grito. Um brado. Maria Oneide Costa Lima, a viúva, 29 anos, seis filhos, ainda entregue à dor, estava na igreja. Naquele momento todos sabiam que na região, fruto de tensos conflitos, muitos outros poderiam ser assassinados. E o foram oito ou nove dos que ali estavam à época.

Dom José Hanranhan, que pode ter sido assassinado por envenenamento[12], como vimos; os lavradores Francisco Jacinto de Oliveira, o Sinhozinho, assassinado em 2/6/1981, com mais de um tiro; Belchior Martins da Costa, em 2/3/1982, com 140 tiros e o pescoço quebrado; o advogado Gabriel Pimenta, em 18/7/1982, com três tiros pelas costas; os lavradores João Canuto de Oliveira, em 18/12/1985, com 12 tiros; Manoel Gonçalves de Souza, o Manoel Gago, em 13/8/1987, com outros dois posseiros com muitos tiros; Expedito Ribeiro de Souza, em 3/2/1991, com três tiros,

[10] A música "Araguaia, meu Araguaia" foi composta por José Wilson Leite e se tornou referência na região. É muito cantada. O autor foi homenageado, e uma escola do município de Araguacema, no estado do Tocantins, tem seu nome.

[11] Paulo Fonteles trabalhava na CPT desde 1978 (CARVALHO, 1994a); Gabriel Pimenta terminava o estágio também em Conceição do Araguaia, de 1º de maio a 30 de julho de 1980, e iria trabalhar no estado do Tocantins.

[12] Em entrevista ao jornalista Luiz Maklouf Carvalho (1994b), p. A24; FIGUEIRA, 2006), o fazendeiro Jairo Andrade afirmou que o bispo tinha morrido por envenenamento, e não por morte natural. Foi realizada a autópsia mais de 1 ano depois do sepultamento. A conclusão foi que, se houve envenenamento, foi por substância degradável, não era possível constatar.

um na cabeça (OLIVEIRA FILHO, 1991); o advogado Paulo Fonteles, em 11/6/1987, com três tiros na cabeça (CARVALHO, 1994b), e irmã Dorothy Stang, em 12/2/2015, seis tiros, um na cabeça (FIGUEIRA, 1986, p. 108–115 e, 2008, p. 25–28; MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST), 1987; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT), 1987, p. 36–37).

A notícia

Quase 2 meses antes, em 30 de maio de 1980, o autor estava no escritório da CPT no Bairro Capelinha, em Conceição do Araguaia, com o advogado Paulo Fonteles, contratado em Belém para trabalhar na equipe da CPT, do Sudeste do Pará, e o advogado Egídio Sales Filho (CARVALHO, 1994a, p. 315). Eles recebiam uma jornalista e um fotógrafo de importante revista semanal. Os repórteres preparavam uma matéria sobre os conflitos. Era noite.

A cidade não dispunha de telex ou de telefone fixo nas residências e havia apenas um posto com cabines públicas de onde se falava sem privacidade, depois de superar uma fila de usuários. Não havia naqueles anos os aparelhos celulares, as plataformas digitais nem a internet. Se a cabine telefônica não funcionasse, a única forma de contato era o rádio amador da companhia aérea Votec, que não era disponível para todos. E, às vezes, nem o rádio funcionava, lamentava-se um correspondente do Jornal Cinco de Março[13]. Alguém, apesar de já passar das 22h, aproximou-se do escritório e, do lado de fora do prédio, nos revelou ter ouvido a notícia de que Gringo havia sido assassinado na véspera, em Araguaína (comunicação pessoal).[14]

Gringo tinha apenas 42 anos. Deixava Oneide Lima e os filhos: Júnior, 10 anos; Silvio, 9; Omalizan, 8; Hélder, 4; Nédyma, 3; e Alex, de apenas 9 meses.

Algo grave havia ocorrido no dia 13 daquele mês de maio no Baixo Araguaia. O fazendeiro Fernão Leitão Diniz entrou em uma área para expulsar posseiros, queimar suas casas e os ameaçar com tiros. Houve confronto, e ele morreu. Dois dias depois, alguns fazendeiros, inclusive dois presidentes de sindicatos patronais rurais, os prefeitos de Conceição do Araguaia e de Araguaína foram ao Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel denunciar a morte de Fernão Diniz e responsabilizar a Igreja. Disseram que a Diocese insuflava o povo a invadir propriedades e distribuía armas pesadas, o clima na região era o mesmo vivido no decorrer da guerrilha e haveria, assim, uma insurreição. Alguns oficiais das forças armadas negaram o ressurgimento da Guerrilha no Araguaia, Tocantins. O ambiente esquentava.

No cargo da presidência da CPT Regional Araguaia-Tocantins, o autor foi a Brasília, falar com a diretoria da CNBB e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), e concedeu uma entrevista coletiva para a imprensa em 27 de maio de 1980, terça-feira. Negou as acusações e insistiu que as armas utilizadas, a própria imprensa já havia noticiado, eram artesanais, feitas pelos próprios posseiros. Informou ainda que seis pessoas eram ameaçadas de morte na região. Entre os ameaçados estavam os agentes de pastoral, o padre Aristide Camio, Inês

[13] A CPT de Xinguara tem colado sobre folhas A4, recortes do Jornal Cinco de Março, de 15/6/1980, p. 4, sem o nome do jornalista e o título completo da reportagem.

[14] A comunicação foi realizada na noite de 30 de maio, entre o informante e a equipe de pastoral, na qual o autor se encontrava juntamente com os advogados.

Freitas e Gringo. A Indústria Madeireira do Pará (Impar) teria divulgado já em 1979 a relação dos seis nomes (CARVALHO, 1994a, p. 315–316).

Em 28 de maio, o autor retornou a Conceição do Araguaia. Soube que Gringo havia voltado de uma reunião com operários em São Paulo e o aguardado por 2 dias. Como não podia mais esperar, naquele mesmo dia 28, viajou para Itaipavas, depois de passar na casa onde o autor morava e ser recebido por Heloisa Andrade, agente de pastoral. Conversaram, sentados na varanda. Gringo pretendia pernoitar em Araguaína e, no dia seguinte, prosseguir a viagem em direção de sua casa.

Araguaína ficava a 232 quilômetros de distância, ao norte do atual Tocantins. Decidiram, Paulo Fonteles e o autor, ir a Itaipavas na manhã seguinte no Jipe da CPT para expressar solidariedade a Oneide, aos seus filhos e aos demais membros da família. Itaipavas ficava ao norte da sede do município de Conceição do Araguaia, no distrito de São Geraldo do Araguaia. O caminho mais rápido era atravessar o Rio Araguaia por balsa, sair do Pará e entrar no estado do Tocantins, chegar ao município de Couto Magalhães, pegar a estrada para o município de Colinas, passar por Araguaína e, de lá, ir em direção a um lugarejo na beira do rio, conhecido por Pontão, e retornar ao Pará e, assim, chegar ao destino, Itaipavas. Seriam feitos, assim, aproximadamente 400 km. Egídio Sales e os repórteres acompanharam Paulo Fonteles e o autor.

Como passariam por Araguaína, podiam parar e obter informações sobre o crime. Foram à delegacia da Polícia Civil, mas o delegado não estava. Então se dirigiram ao hotel onde Gringo havia se hospedado. O local era simples, a proprietária os recebeu. Confirmou que conhecia Gringo, que ele havia dormido ali e, pelas 6h, na quinta-feira, 29 de maio, saiu a pé e pegaria o ônibus para Pontão às 8h. Cinco minutos depois ainda foi visto por um chofer de táxi, que lhe teria oferecido carona. Por volta de 6h30 foi encontrado agonizante com sinais de ter o braço quebrado, recebido uma pancada na cabeça e atingido por dois tiros de calibre 32: um nas costas, outro na cabeça. Morreu logo. (TRIBUNA..., 1980). Gringo tinha consigo dinheiro que havia recebido em São Paulo para a campanha da chapa 2 do sindicato. Não levaram o dinheiro. Queriam a vida dele.

Ouvíamos a dona do estabelecimento quando alguns homens armados entraram pela porta da rua. Ela pareceu demonstrar conhecê-los, levantou-se e ofereceu a cadeira que ocupava para um deles. Paulo Fonteles, Egídio Sales e o autor entrecruzaram olhares. Um dos homens, se virou e perguntou: "Você é o diácono Ricardo?" Com a confirmação, ele prosseguiu: "Você esteve em Brasília essa semana. Foi defender aqueles que mataram o fazendeiro Fernão Leitão!" O ambiente era pesado, e o estranho continuou: "Se defendeu, é porque concorda com a morte e mandou matar!" O autor reagiu: "Quem é o senhor?" "Sou o delegado", respondeu. Surpreendido com a acusação, o diácono ponderou: "Gringo foi assassinado aqui e é sua responsabilidade apurar o que houve, quem cometeu o crime. E o senhor está preocupado com uma morte que se deu do outro lado do rio, em outro estado?" A jornalista, que os acompanhava, se apresentou, disse o nome de sua revista e perguntou: "O senhor afirmou que o diácono Ricardo mandou matar o fazendeiro?" Sem responder, surpreendido pela presença da imprensa, o delegado se retirou com os seus homens.

Preocupados com o que poderia acontecer nos próximos minutos ou na estrada, Paulo Fonteles, Egídio Sales e o autor se dirigiram ao posto de telefone público da cidade, onde havia mais de uma cabine disponível. Os advogados ligaram para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e para amigos anunciando o que sabiam sobre a morte de Gringo e do encontro na pensão. O autor falou com a sede da CNBB em Brasília e com a CPT Nacional. Depois prosseguiram viagem para Itaipavas.

Quem era gringo

Gringo nasceu em Marabá, em 22 de julho de 1937, filho de Manoel Ferreira e de Raimunda Ferreira Lima, vindos do Maranhão. Tornou-se órfão de pai ainda criança; de mãe, que morava na casa de outro filho, Josias, oficial da Marinha, no Rio de Janeiro, em janeiro de 1980. Os irmãos não tinham as mesmas opções políticas.

De baixa estatura e magro, quando criança, recebeu o apelido de "Grilo", explicou Oneide Lima, depois inventaram o apelido Gringo. Nasceu pobre, "carregava água para as mulheres de prostíbulo e foi sapateiro". Teve, informou a viúva, duas irmãs: uma sobre a qual "falava pouco"; e a outra, que na verdade era tia (SACRAMENTO, 2020, p. 106).

Oneide Lima e Gringo se casaram em outubro de 1967, na capela dedicada a São Pedro, em cerimônia religiosa realizada às 6h, em Itaipavas; e às 8h, em casa, houve o casamento com efeito civil diante de um Juiz de Paz. Ele, com 30 anos, ela com 16. Pedro Ferreira Costa (o Pedro Barreira) e Mercê da Trindade Moreira Costa (Tatá) tinham outros planos para a filha, estudante no colégio das freiras em Conceição do Araguaia. Ela deveria prosseguir os estudos, mas preferira se casar. O pai buscou se informar sobre Gringo, que era solteiro e sem filhos. Não havia como se opor. Pedro providenciou a ida do sacerdote, e outros cinco casais de lavradores contraíram matrimônio religioso na mesma cerimônia, em 1º de outubro de 1967. Na foto do casal, da cintura para cima, ele aparece de terno escuro, com um lenço e uma flor na lapela; ela de vestido branco, um colar e um véu na mesma cor, e a manga do vestido deixava o antebraço exposto. Ambos serenos, olhavam para o fotógrafo que estava em uma posição inferior. Ao fundo, uma parede clara.

Naqueles anos, Itaipavas pertencia ao município de Conceição do Araguaia[15] e era maior que São Geraldo do Araguaia[16], lembrou-se Oneide Lima (comunicação pessoal)[17], em razão da madeireira alemã Rio Impex, que envolvia muitos trabalhadores na extração da madeira e na serraria[18]. Talvez houvesse aproximadamente 300 casas, um mercado municipal e uma delegacia. A família de Oneide Lima tinha geladeira a querosene e luz proveniente de um lampião. Depois, quando a madeira já havia sido extraída, a empresa se deslocou da região, e Itaipavas encolheu.

[15] Em 1995, foi criado o Município de Piçarra, desmembrado de Conceição do Araguaia, e Itaipavas passou a ser uma de suas 16 vilas. O novo município, em 2020, tinha 3.312.708 km² e uma população estimada em 2021 de 12.976 pessoas, com IDHM de 0,563 em 2010. Cf. IBGE. Cidades e Estados. **Piçarra**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/picarra.html. Acesso em: 30 jan. 2022a.

[16] O distrito de São Geraldo foi emancipado de Conceição do Araguaia em 1988 e se tornou sede de um novo município, em 2020, tinha 3.168.384 km², uma população em 2021 estimada em 24.566 pessoas com IDHM DE 0,595, pelo IBGE. Cf. IBGE. Cidades e Estados. **São Geraldo do Araguaia**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/sao-geraldo-do-araguaia.html. Acesso em: 4 fev. 2022b.

[17] Mensagem trocada entre Maria Oneide Costa Lima e Ricardo Rezende, pela plataforma WhatsApp, em 20 de janeiro de 2022.

[18] Sobre o papel da madeireira na região, ver. Fábio Carlos da Silva (2019, p. 133–135, 190, 260).

Era um lugarejo sem luz elétrica ou água encanada, e, nas margens do Rio Araguaia, as mulheres lavavam roupas com os seios descobertos. O acesso à vila era de barco. Pelo rio tinha sido escoada a madeira, e pelo rio navegava a gente.

> Gringo fez um curso técnico em veterinária e foi contratado como "fiscal" do Banco do Brasil para os créditos concedidos a fazendeiros na região. Como fiscal, chegou em Itaipavas e recebeu um convite, que lhe pareceu interessante, e aceitou gerenciar a fazenda Shangrilá, de Luso Sales Solino, um médio proprietário. Levou consigo a jovem esposa. Conforme Oneide Lima, a fazenda tinha vaqueiro, tratorista e três peões. Aumentava o número de peões na época de roçar os pastos. Não havia violência contra os funcionários. O casal viveu ali, entre 1967 e 1969, mas saiu quando o fazendeiro decidiu que o gerente deveria tirar "seis posseiros do fundo da fazenda". Isso Gringo não aceitou". (comunicação pessoal)[19].

Diante das perseguições, o casal decidiu se mudar para São Felix do Araguaia, onde morava um tio e uma irmã de Oneide Lima. Ali, o casal presenciou a sagração de Pedro Casaldáliga como bispo prelado; conheceu a equipe de agentes de pastorais locais e a experiência de comunidade eclesial de base. Ali nasceu o segundo filho, Silvio[20].

O casal e os filhos, Júnior e Silvio, retornaram a Itaipavas, em 1972. Justamente no ano do primeiro confronto entre os guerrilheiros e o Exército. Os militares desconfiavam de Gringo. Ele "tinha consciência política" e, diziam, ao se reunir com os posseiros, criticava o governo.

O perigo e a prisão

A situação era tensa na região e em toda a Amazônia. Por isso, já em maio de 1973, seis bispos da região Centro-Oeste da CNBB se reuniram em Goiânia e publicaram um documento contra a política do governo, chamado "Marginalização de um povo: grito das igrejas" (SOUZA, 2009, 1973).

Para os bispos, a concentração das terras produzia pobreza, e apresentaram suas críticas ao modelo implementado no Brasil. Reclamaram que o essencial não era tocado: "a estrutura da produção rural". Defenderam uma reforma agrária que não seria "só remendo"[21]. As críticas não pararam.

Ainda em Goiânia, 2 anos depois, diversos bispos, inclusive alguns signatários do documento "Marginalização de um povo" e agentes de pastoral, decidiram criar a CPT, que seria o braço ecumênico e pastoral da Igreja no mundo rural, mas uma pastoral de serviço – e não de direção – aos trabalhadores rurais (SOUZA *et al.*, 1990)[22]. Gringo, que mantinha relação estreita

[19] Mensagem trocada entre Maria Oneide Costa Lima e Ricardo Rezende, pela plataforma WhatsApp, em 20 de janeiro de 2022.

[20] Os filhos Júnior, Hélder, Omalizan, Nedyma nasceram em Itaipavas; Alex, em Conceição do Araguaia.

[21] Assinam o documento Dom Fernando, arcebispo de Goiânia; Dom Epaminondas, bispo de Anápolis; Dom Tomás Balduíno, bispo de Goiás; Dom Pedro Casaldáliga, de São Félix; Dom Estevão Cardoso de Avelar, bispo de Marabá (a sede do bispado de Conceição do Araguaia tinha sido transferida temporariamente); Dom Celso Pereira, bispo auxiliar de Porto Nacional); Dom Tomás, Dom Estevão e Dom Celso eram frades dominicanos.

[22] COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Massacres no campo. **Histórico**. 2010. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/quem-somos/-historico. Acesso em: 5 mar. 2022.

com os agentes de pastoral da Diocese de Conceição do Araguaia, participou com frei Henrique Marques desse encontro em Goiânia.

A família de Pedro Barreira conheceu Osvaldo Orlando da Costa (1938–1974), o Osvaldão, um dos primeiros guerrilheiros do PCdoB a chegar à região, em 1967. O guerrilheiro tentou, sem sucesso, comprar do patriarca da família uma terra. Além de Osvaldão, a família conheceu outro guerrilheiro, Paulo Mendes Rodrigues (1931–1973), economista, e João Moreira, filho de Pedro Barreira, trabalhou com ele, como piloto de barco.

Em junho de 1976, então posseiro, Gringo foi preso em Conceição do Araguaia com o cunhado, João Moreira, com Gordinho, Abel, Cícero, José Tavares e Raimundo Miarim (comunicação pessoal).

Em outra ocasião, no conflito do Lote 7, entre o fazendeiro Geraldo Berardo e posseiros, estava Francisco, um dos irmãos de Oneide Lima. Queriam que o grupo assinasse um documento se reconhecendo como "agregado". Gringo e os demais se recusaram. Oneide Lima, ao saber que haviam prendido Gringo, "correu à delegacia, esbravejou e Gringo foi solto minutos depois"[23]. Alguns soldados da Polícia Militar, segundo o filho primogênito, Júnior, rondaram a região e estiveram em Itaipavas. Circularam boatos de que Gringo não gostava do governo, e gente do exército invadiu a casa dele. Diziam que, em desfile de 7 de Setembro, Gringo estaria armado, que era amigo de "terroristas" e participava de cursos bíblicos. Queriam apreender as armas e os textos subversivos que ele teria. Diziam que ele tinha recebido um livro do Osvaldão e lia, escondido, no meio do rio. Em um sábado, em julho de 1979, a casa foi invadida pela polícia, Gringo escapou pelos fundos.

Oneide Lima relatou, em entrevista a Souza (2013, p. 106), que por três vezes tentaram assassinar Gringo. Uma vez dois pistoleiros foram até sua casa e contaram ter sido contratados para matá-lo. Ele lhes ponderou que se quisessem matá-lo podiam. A única arma que possuía era a Bíblia.

O repúdio ao assassinato, e Oneide fala

Com o assassinato de Gringo, chegaram ao escritório da CPT centenas de cartas de solidariedade vindas de outras dioceses, paróquias, organizações sociais, políticas, sindicais e eclesiais. Do Brasil e do exterior.

Em 8 de junho de 1980, às 15h, a CPT organizou uma manifestação em Conceição do Araguaia. Estavam presentes três bispos representando a CNBB e a CPT e um antigo bispo da diocese[24]. Dom José Hanharan, bispo local, se encontrava na Irlanda, e enviou uma declaração onde assinalava que, ao conhecer Gringo, admirou "suas qualidades de franqueza, coragem, dedicação, de fidelidade ao Evangelho".[25]

[23] Jornal do Campo, s/r, do arquivo pessoal de Alex Costa Lima (SOUZA, 2013, p. 83).
[24] Celso Pereira de Almeida, representando a CPT, Albano Cavalim, de Curitiba, representando a CNBB, Estevão Cardoso de Avelar, de Uberlândia.
[25] Correspondência pessoal do bispo de Conceição do Araguaia, Oneide e representantes da diocese.

Também estavam na manifestação três deputados federais de estados diferentes, um deputado estadual, do Pará, um vereador, de São Paulo[26], representantes da Contag, da União Nacional dos Estudantes (UNE) e de diversas organizações sociais. (DIÁRIO..., 1980, p. 15; JORNAL..., 1980, p. 1). Da imprensa estavam repórteres de jornais diários, estaduais e nacionais[27], relatavam a Carta aos "Comitês de apoio aos lavradores de Conceição do Araguaia", da Oposição Sindical de Conceição do Araguaia (s/d).

Uma anotação manuscrita na época, pelo autor, registrou que lavradores da Boca da Mata viram um carro com pistoleiros no evento e registraram a placa do veículo. A programação previa música, e vinte pessoas seriam convidadas a falar. A primeira, Francisco Bonifácio de Jesus, a última, Paulo Fonteles. Oneide Lima seria a quarta. Se não conseguisse, pela emoção, seria convidado seu pai, Pedro Barreira.

Uma das mensagens recebidas às vésperas dizia: "O líder sindicalista Luiz Inácio da Silva se manifestou profundamente chocado com o desfecho trágico do Gringo. Tentou desmarcar compromissos para estar presente e não conseguiu. Prometeu vir nos visitar pessoalmente em breve".[28]

Oneide Lima, mais que uma viúva frágil com seis filhos pequenos, emergiu na manifestação como alguém que sabia o que desejava. Conforme o jornalista Euler Ivo Vieira, em um fragmento de jornal de 8 de junho de 1980, cujo nome não foi revelado, e a matéria com o título "Ato público. 4 mil pessoas. 30 entidades civis e religiosas", ela tomou a palavra:

> A multidão fez silêncio quando a viúva de Raimundo, Dona Maria Oneide Costa Lima, subiu à carroceria do caminhão para falar. Ela estava muito firme e serena. "Como vocês já sabem – disse – meu marido desde há tempos estava empenhado nesta luta em favor dos oprimidos. Por isso era perseguido pelos grileiros, para que calasse a boca. Mas nunca calou. Foi morto em Araguaína, mas quero que vocês não desanimem. Sempre ajudei Gringo nessa luta. Mas agora é que vou lutar mais ainda". Nesse momento, um velho posseiro gritou bem alto: "Muito bem, minha filha! Você não lutará sozinha!". E o povo explodiu em aplausos." (VIEIRA, 1980).

Dez dias depois, Oneide Lima escreveu de próprio punho de Itaipavas:

> Gringo era um homem que estava lutando por dias melhores para todos os lavradores dessa região. Desde que Dom Estevão era bispo de Conceição do Araguaia que ele era agente pastoral, era posseiro e líder dos posseiros, mas era também perseguido por grileiro e pistoleiros.
>
> Ele sempre me dizia se um dia fosse morto lutando pelo povo oprimido, ele morreria feliz. De fato, ele morreu com um sorriso nos lábios, deu a vida por este povo esmagado pelos grileiros.

[26] Deputados federais do PMDB, Jáder Barbalho, do Pará, Aurélio Péres, de Sergipe, Ronan Tito, de Minas Gerais; o deputado estadual do PMDB, Lucival Barbalho, do Pará, e o Vereador Benedito Cintra, de São Paulo.

[27] Tribuna da Luta Operária (SP), O Liberal (PA), O Estado do Pará (PA), O Estado de S. Paulo, Cinco de Março (GO), Diário da Manhã (GO), Agência F4 (SP).

[28] Comunicação pessoal entre o líder sindical e político com a equipe do evento.

> Depois da morte de Gringo, os grileiros pensam que vou ficar calada, mas não calarei, continuarei na luta do Gringo. Pois o único meio de vingar a morte dele é lutando por esse povo oprimido, por aqueles que não têm terra, não têm vez e nem voz.
>
> [...]
>
> Quero que ninguém desanime diante dessas ameaças, que o sangue do Gringo seja adubo para nossa luta contra as injustiças, que o sangue dele fale mais alto clamando justiça.
>
> Peço que todos se unam, pois unidos venceremos o poder da opressão, do dinheiro. Unidos venceremos os pistoleiros, e grileiros que infestam nosso solo brasileiro. Agradeço a todos.

Quarenta e dois anos após tais eventos, o autor perguntou a Oneide Lima se Gringo, a Igreja, a paróquia ou a CPT tinham errado em algo. Ela respondeu que não e reafirmou o que disse e escreveu na época. Gringo tinha razão, fez o que deveria ser feito. Naquela época, insistiu, em torno de 70 famílias de posseiros dos lotes 7 e 8, na terra há anos, precisavam se conscientizar de seus direitos, e nesse aspecto Gringo foi importante. Mas, reconheceu, os problemas não foram resolvidos depois de ter conquistado a terra, por falta de apoio para o escoamento dos produtos e da assistência à saúde. Após a titulação dos lotes, muitos venderam a terra. Reconheceu também que para ela nada foi simples. Não havia concluído o Ensino Médio, não tinha profissão e parecia que

> o mundo foi como se tivesse acabado. A morte para mim no sentido pessoal, foi muito difícil. Gringo era um pai muito amoroso, amava muito os filhos! Ave Maria! Fiquei muito triste, mas me lembrava do que ele falava e isso me deu coragem para ficar na luta.
>
> Teve momento que pensei abandonar. Quando os lavradores do Lote 8 mataram o Neif Murad. Fizeram emboscada e mataram. Aí pensei em desistir porque o filho de Neif Murad, o Neifinha, dizia que era eu que tinha mandado matar. Pensei desistir. Diziam que ele ia matar toda a minha família. Ia matar meus filhos. Depois fiquei pensando, os meninos diziam para eu não ficar daquele jeito. Voltei para a luta.
>
> Os lavradores não souberam se organizar para se defender. Havia muito medo. Hoje é diferente. Naquela época o inimigo era perigoso. O inimigo era conhecido e agiam de forma mais violenta, os pistoleiros andavam livres. Eles podiam contar com o governo, o sindicato, o exército. A bandidagem toda tinha esse apoio. Hoje não. O apoio é mais escondido". (comunicação pessoal).[29]

Tinha ficado sem chão, "não sabia fazer nada na vida", e os pais se mudaram para Xambioá. Ao ser convidada pela equipe da pastoral para se mudar para o município de São Geraldo com os filhos e se tornar agente de pastoral, "aceitou de cara". Passou a morar em uma casa nova, no mesmo terreno da casa paroquial, entre as ruas Mogno e Santa Clara. E prosseguiu Oneide Lima:

> A relação com a equipe era boa demais, Ave Maria! Cada um que entrava lá me ajudava na educação de meus filhos. Eles me deram um suporte muito grande. Era Aristide, Inês Neves, Miguel, Fernanda Pedroso. Acompanhava os padres nas visitas as comunidades e quando estava na paróquia ajudava na secretaria da paróquia. (comunicação pessoal).

[29] Comunicação telefônica recebida pela Sra. Maria Oneide Lima, de Ricardo Rezende Figueira, em 3 de março de 2022.

Ela pensou em se vingar (SACRAMENTO, 2020, p. 124ss) e em se suicidar. A equipe paroquial não sabia, pois ela só revelou ao padre Aristide Camio quando este se encontrava preso em Belém com o padre Chico Gouriou e os 13 posseiros, no rumoroso processo conhecido como "Caso Cajueiro" (FIGUEIRA, 1986). Quando a polícia invadiu a casa dos padres e da equipe paroquial em São Geraldo, entrou também na residência dela, mas não vasculhou o quarto das crianças. Se o fizesse, encontraria, dependurado atrás da porta, em uma bolsa, um revólver calibre 32, que comprou em Itaipavas 10 meses após o crime, sem saber manejar uma arma. Pedro e Tatá, ao descobrirem o projeto de vingança, tentaram demovê-la.

Em Belém, houve uma audiência sobre o caso Neif Murad, com a presença de Neifinho e de dois netos do fazendeiro falecido. O secretário de Segurança Pública do Estado participava e percebeu que Oneide mexia na bolsa. Perguntou o que era e viu a arma. Oneide desistiu uns 5 anos depois, porque achou que não valia a pena, que precisava cuidar dos filhos. Foi um momento em que perdeu a fé, e a irmã Hélder Suarez Bedendo a ajudou a recuperar a fé e a ter um sentido para a vida.[30]

> Hoje tenho fé. Aumentou. Comecei a voltar a igreja e foi por conselho até. Indo ao Círio de Nazaré[31]. Tenho fé demais. Quando Helder, meu filho, teve um câncer na cabeça, a fé aumentou ainda mais. O pessoal resolveu fazer uma campanha de oração, gente de diversas igrejas. Meu filho foi operado e ele iria perder a visão, o olfato e o paladar. E não perdeu nada disso. Foi um milagre. Eu e todos de minha casa somos católicos, graças a Deus.[32]

Silvio queria vingar o pai. Entrou para a polícia com esse objetivo. Só soube depois. Meu pai foi informado por um comandante da polícia. Conversei com ele e ele ficou com essa ideia até quando foi a Brasília fazer um curso de Direitos Humanos". (comunicação pessoal).

Os problemas não foram superados. As eleições sindicais se realizaram com a presença do exército em operações de Ação Cívico-Social (Aciso), de seus helicópteros, e de medidas para amedrontar os camponeses e, ao mesmo tempo, conquistá-los. Curió foi uma figura permanente, uma sombra que rondava a região, que se apresentava como quem desfrutava de acesso direto ao presidente Figueiredo e buscava controlar tudo. Ele se aproximou mais de uma vez da equipe paroquial e de Dom José Hanrahan.

A equipe sabia que a situação tendia a ser cada vez mais complexa e perigosa. A vitória da oposição sindical só se deu em 1985, quando a ditadura foi desfeita, o exército se retirou e Felipe Alves, o Felipinho, tomou posse. O evento foi comemorado e registrado em filme de Jorge Bodansky, A Igreja dos Oprimidos.[33]

---

[30] Irmã Hélder Bedendo era da Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado. Quando os padres franceses foram presos, ela e outras irmãs missionárias passaram um período na paróquia, tiveram problemas com a repressão do governo, foram presas e humilhadas.

[31] Maior festa religiosa do País. Aglomerava, em honra de Nossa Senhora de Nazaré, no segundo domingo de outubro, uma multidão estimada de 2 milhões de fiéis.

[32] Comunicação telefônica entre Maria Oneide Lima e Ricardo Rezende Figueira, em 3 de março de 2022.

[33] Em 1982, Miguel, Inês e Fernanda já não estavam na região, e outro sacerdote francês, François Gouriou, se incorporou à equipe. Houve conflito de terra com mortes. A casa paroquial e a casa de Oneide Lima foram invadidas pelo Exército, os padres Aristide e François foram presos, com treze posseiros. O Exército trouxe um capelão militar que utilizou a igreja para cerimônias religiosas. Oneide Lima foi humilhada, o Exército preparou e imprimiu panfletos contra ela e sua honra (FIGUEIRA, 1986).

Naquela circunstância, o sindicalismo e a sua luta pareciam cumprir um papel relevante nas organizações sociais. As reivindicações e as mobilizações do sindicato de São Bernardo do Campo, por exemplo, impressionavam, conquistavam destaque e, daquele sindicato emergiu a figura mobilizadora de Luiz Inácio Lula da Silva, que auxiliou a criar o Partido dos Trabalhadores e se tornou presidente do Brasil em dois mandatos e candidato novamente a presidente em 2022.

No início dos anos 1980, já se refletia também sobre as limitações da estrutura sindical. E se discutia em diversos espaços, inclusive na CPT Nacional, se não era hora de apoiar algo flexível, com maior agilidade para as lutas pela terra, pelo salário e por um trabalho mais digno. Era o momento também da criação, no Sul do País, do Movimento Sem Terra (MST) e de cooperativas de agricultores. Um dos assessores nacionais da CPT, o economista João Pedro Stédile, do escritório de Goiânia, se incorporou ao nascente MST.

Vivia-se um momento de transição. Com o fim da repressão da ditadura e da intervenção militar do Estado, a Igreja Católica deixou aos poucos de ser o espaço mais privilegiado de contestação ao governo e de articulação dos movimentos sociais. Nas décadas seguintes, outras organizações adquiriram relevância e centralidade, mesmo em relação aos sindicatos que se enfraqueceram: os grupos de direitos humanos, as ligas camponesas, as associações de mulheres, os grupos feministas, as reivindicações de gênero e LGBTQIA+, os movimentos étnicos, indígenas, antirracistas, descolonizadores e as articulações ambientais. A pauta se tornou ampla e com ou sem algum grau de articulação entre elas e as lutas consideradas de "classe".

A título de conclusão

A partir do assassinato de Gringo, a equipe da CPT começou regularmente a anotar o nome, a data e as circunstâncias dos assassinatos de trabalhadores na Diocese de Conceição do Araguaia. Entre 29 de maio de 1980 e final de 1996, registraram-se 95 pessoas assassinadas em fuga do trabalho escravo e 105 nos conflitos pela terra. E na lista não entraram os que haviam trabalhado em algum momento na diocese, mas foram mortos em outra região, como os advogados Paulo Fonteles e Gabriel Pimenta. E certamente não abarcava todos os casos de trabalho escravo (FIGUEIRA *et al.*, 2022), pois os trabalhadores eram, em geral, de fora, e não havia quem chorasse por eles ou reclamasse por seus corpos na região. Eram anônimos, enterrados anonimamente em cemitérios clandestinos e, em pelo menos um caso, enterrados com ocultação de identidade pela polícia no cemitério de Redenção.

Enquanto escrevia o artigo, este autor que vos fala se comunicou diversas vezes com Oneide Lima e com seus filhos. Não tinham informação sobre a existência do inquérito ou sobre o possível processo penal relativo ao assassinato de Gringo. Foi contatada, com o auxílio de Frei Xavier Plassat, a advogada Lorrany Lourenço Neves, da CPT em Araguaína. De posse das informações disponíveis, ela, em 11 de fevereiro de 2022, teve a promessa de que realizariam buscas, mas 6 dias depois foi informada de que não existiam nos arquivos da polícia os documentos da década de 1980 e que não localizaram a ação penal referente ao homicídio. Se havia algo, possivelmente foi incinerado.

Em março de 2022, Oneide Lima morava em outra casa, erguida com o auxílio da Cáritas Brasileira, uma organização internacional da Igreja Católica, e de uma cerâmica que era iniciativa

da equipe de agentes de pastoral. A cerâmica produzia tijolos e telhas em mutirão para construir casas em uma área mais elevada e protegida das cheias anuais do Rio Araguaia. A sede do distrito de São Geraldo, por ficar com frequência sob as águas, precisava ser transferida.

Oneide voltou a estudar, fez supletivo e em 4 anos concluiu a graduação em História. Ela aproveitou o fato de algumas prefeituras do Sudeste Paraense, inclusive São Geraldo do Araguaia, terem feito um consórcio com a Universidade Federal do Pará (UFPA). Graças ao consórcio, professores da UFPA se deslocaram para cidades fora da capital e ministraram cursos de graduação. Em São Geraldo, nos meses de janeiro e julho, ministraram aulas nos cursos em História, Pedagogia e Letras. Formada, Oneide começou a dar aulas, foi nomeada sucessivamente, entre 1996 e 2016, quando se aposentou, vice-diretora e diretora da Escola Municipal do Ensino Fundamental Raimundo Ferreira Lima, a maior do município, com aproximadamente 650 estudantes. A escola foi fundada em março de 1986, e a homenagem a Gringo se deu em uma disputa entre dois nomes pela comunidade escolar: Tancredo Neves e Raimundo F. Lima. Este foi o vencedor.

Com o desmembramento dos municípios, Pedro Barreira se tornou vice-prefeito de Xinguara, entre 1983 e 1988. Os filhos de Gringo cresceram, três se tornaram sindicalistas, cinco se dedicam à educação e um se tornou policial militar. Oneide Lima tinha, em março de 2022, 19 netos e 11 bisnetos. Quanto aos filhos, onde moravam e o que faziam passadas 4 décadas: 1) Júnior, em Belém, foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Benevides, diretor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (Fetagri), vice-presidente da Confederação Nacional dos Assalariado/as Rurais do Brasil (Contar) e era presidente da Federação dos Empregados e Empregadas Rurais dos Estados do Pará e Tocantins (Feterpa-TO), tinha quatro filhos e quatro netos; 2) Silvio, em Rio Maria, subtenente da Polícia Militar, em processo de aposentadoria, e tinha seis filhos e duas netas[34]; 3) Omalizan, na Espanha, trabalhava como auxiliar em uma escola com alunos especiais, fez ensino médio, tinha três filhos e três netos; 4) Hélder, em São Geraldo, professor de matemática, secretário titular da escola Raimundo Ferreira Lima, tinha três filhos e três netas; 5) Nédyma, em São Geraldo, pedagoga e antropóloga social de educação, exercia funções de coordenação no Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sintep) no município e no estado, no Conselho Municipal de Educação de São Geraldo e na paróquia, trabalhava na escola que tinha o nome do seu pai e não tinha filhos; 6) Alex, em São Geraldo, formado em Ciências Sociais, com mestrado em Dinâmica Territorial da Amazônia, professor no ensino médio, era vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Administrativos de São Geraldo e suplente do Sintep e tinha três filhos.

Os sonhos de Gringo continuaram estampados na vida de Oneide Lima e de seus filhos. Gringo, proibido pela ditadura, perseguido pelos latifundiários do Baixo Araguaia, se tornou presente em ladainha, nome de escola, tema de dissertação e tese, artigo científico e tema de música[35]. A história do casal revela que as perseguições, mesmo aquelas que provocaram mortes,

[34] Quando aconteceu o assassinato do sindicalista Expedito Ribeiro de Sousa em Rio Maria, Silvio foi colocado em nome do Estado, entre 1991 e 1996, na segurança do autor, que era ameaçado de morte.

[35] "Quem disse que não somos nada", de Zé Vicente, poeta e compositor das comunidades de base e da igreja da libertação onde afirmava: Aqui trazemos a semente /Sangue desta gente que fecunda o chão. /Do Gringo e tantos lavradores /Santos e operários em libertação. /Coragem de quem dá a vida / Seja oferecida com este vinho e pão. /É a força que constrói a morte / E muda nossa sorte é ressurreição (SOUZA, 2013, p. 67).

que uniram poderosas forças estatais e privadas, encontraram resistências, e algumas resistências persistiram na geração seguinte.

Referências

BBRASIL. **Decreto-Lei nº 1.767, de 1º de fevereiro de 1980**. Cria grupo executivo para regularização fundiária no Sudeste do Pará, Norte de Goiás e Oeste do Maranhão, e dá outras providências. Brasília, DF, 1980.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Pará. **MPF oferece a décima denúncia por crimes de militares na repressão à guerrilha do Araguaia**. 2021. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-oferece-a-decima-denuncia-por-crimes-de-militares-na-repressao-a-guerrilha-do-araguaia. Acesso em: 18 jan. 2023.

CARVALHO, L. M. **Contido a bala**: a vida e a morte de Paulo Fonteles, advogado de posseiros no Sul do Pará. Belém, PA: CEJUP, 1994a.

CARVALHO, L. M. Nova versão lança dúvida sobre a morte do bispo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. A27, 5 nov. 1994b.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Igreja e problemas da terra**: documento aprovado pela 18ª Assembleia da CNBB. Itaici, 14 de fevereiro de 1980.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Caderno conflitos no campo Brasil 1987**. Goiânia: CPT, 1987.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Massacres no campo. **Histórico**. 2010. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/quem-somos/-historico. Acesso em: 5 mar. 2022.

DIÁRIO DA MANHÃ, p. 15, 10 jun. 1980.

FIGUEIRA, R. R. **A justiça do lobo**: posseiros e padres do Araguaia. Petrópolis: Vozes, 1986.

FIGUEIRA, R. R. As práticas solidárias de um bispo: Dom Luciano. **Em Debate**, n. 4, p. 1- 6, 2006. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9418/9418.PDF. Acesso em: 30 jan. 2022.

FIGUEIRA, R. R. **Rio Maria**: canto da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIRA, R. F.; PRADO, A. A.; PAMEIRA, R. F. **A escravidão na Amazônia**: quatro décadas de depoimentos de fugitivos e libertos. Rio de Janeiro: Maudad X, 2022.

A GUERRA das terras. **Revista Veja**, 13 fev. 1980. (Capa).

IANNI, O. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978.

IBGE. Cidades e Estados. **Piçarra**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/picarra.html. Acesso em: 30 jan. 2022a.

IBGE. Cidades e Estados. **São Geraldo do Araguaia**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/sao-geraldo-do-araguaia.html. Acesso em: 4 fev. 2022b

JORNAL DA CIDADE. Conceição do Araguaia, PA, ano II, n. 6, jun. 1980.

KOTCHO, R. **Le massacre des posseiros**. Paris: Ed. Syros, 1983.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Assassinatos no campo, crime e impunidade**: 1964-1986. São Paulo, 1987.

NOSSA, L. **Mata!** O major Curió e as guerrilhas no Araguaia. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA FILHO, M. de. **Rio Maria**: a terra da morte anunciada. São Paulo: Editora Garibaldi, 1991.

SACRAMENTO, E. D. **"É muito triste não conhecer o pai"**: a herança da violência e os familiares de Gringo, Benezinho e Paulo Fonteles. 2020. 321 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2020.

SILVA, F. C. da. **Capitalismo na floresta**: história econômica e social do município de Redenção. Belém, PA: NAEA/UFPA, 2019.

SOUZA, E. R. de. **A morte sob outro ponto de vista**: transformação do líder morto em mártir-encantado. 2013. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

SOUZA, N. de. **Entre a contestação e a conivência**. Censura ao Jornal O São Paulo durante o regime militar (1964-1985). ANPUH – XXV Simpósio nacional de história. Fortaleza 2009.

SOUZA, M. B. de; WESTHELLE, V.; POLETTO, I. **Luta pela terra**: caminho de fé. São Paulo: Ed. Loyola, 1990.

TERCI, M. R. Serra Pelada: as duras leis do Tenente Curió. **Aventuras na História**, 19 jul. 2019. Disponível em: https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/serra-pelada-duras-leis-do-tenente-curio.phtml. Acesso em: 2 fev. 2022.

TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA, ano 1, n. 16, de 14 a 28 jun. 1980.